

RELATÓRIO RAG 2023

Em conformidade a Lei nº 230/1995, e suas deliberações o CONSELHO DE SAÚDE DE GARRUCHOS/RS, considerando a Decisão da Reunião Ordinária do dia 18 de Março de 2024 ATA nº 03 /2024 avaliamos e reiteramos este documento nos seguintes termos:

Considerando que cabe ao Conselho Municipal de Saúde atua na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os aspectos econômicos e financeiros, e propõe estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado.

Considerando que cabe ao Conselho Municipal de Saúde fiscalizar e controlar os gastos e deliberar sobre critérios de movimentações de recursos da saúde, incluindo o Fundo de Saúde e recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina.

Considerando que o Conselho Municipal de Saúde possui caráter participativo, deliberativo e fiscalizador conforme legislação supra:

Considerando que os instrumentos de planejamento no âmbito do SUS (plano de saúde, programação anual e relatórios de gestão) interligam-se sequencialmente, compondo um processo cíclico de planejamento para operacionalização integrada, solidária e sistêmica do SUS (Art. 95), sua ausência compromete a execução, o acompanhamento e a avaliação da gestão do SUS e, consequentemente, a própria efetividade dos serviços de saúde prestados à população. após análise detalhada,

Concluimos que:

Observa-se que o plano de saúde e, consequentemente, a programação anual de saúde, são instrumentos importantes que viabilizam o recebimento de recursos fundo a fundo pelos entes. Esses instrumentos subsidiam o orçamento e, por sua vez, não é possível executar ações que não estejam previstas no orçamento (§2º do Art. 36

da Lei nº 8080/1990). Assim, para que a prestação de contas seja feita corretamente no RAG, é essencial que as ações financiadas com recursos da União estejam devidamente previstas na PAS.

Sendo assim os dados apresentados foram satisfatórios sendo importados dos sistemas de saúde das PLATAFORMAS FEDERAIS que hoje norteiam as ações do SUS em nosso município

Por último, o relatório apresenta informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS tendo, também, por finalidade dar transparência e comprovar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde, bem como, apresentar informações relevantes a sociedade.

O Município aplicou **23,86%** o montante de R\$ **6.115.233,36** em Ações e Serviços Públicos de Saúde atendendo, assim, aos percentuais mínimos constitucionais de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS.

Na verificação do atendimento dos limites constitucionais de aplicação em Saúde, não foram computadas as despesas custeadas com receitas provenientes de:

- a) Rendimentos financeiros de recursos vinculados à ASPS;
- b) Alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público e que tenham sido adquiridos com recursos vinculados à ASPS;
- c) Transferências voluntárias, através de ajustes, contratos ou convênios firmados com a União e/ou Estado, com a finalidade específica de aplicação em Saúde.

Além disso, não foram computadas as receitas de transferências constitucionais do Estado e da União, resultantes da antecipação de impostos por estes arrecadados, as quais serão adicionadas no exercício subsequente.

As ações em saúde estão disponíveis, de forma gratuita, a toda a população, financiadas com recursos movimentados por meio do respectivo fundo de saúde, incluídas no plano Municipal de saúde e executadas na função saúde, aprovadas pelo Conselho de Saúde e de responsabilidade da Secretaria de saúde.

A programação e a execução das ações voltadas a saúde da população estão organizadas no Plano Anual de Saúde, aprovado e gerenciado por intermédio do Conselho de Saúde, de forma a atender satisfatoriamente a população. Eventuais alterações no decorrer do exercício são analisadas e aprovadas pelo respectivo Conselho e as informações contidas nesse relatório foram subsidiadas através dos métodos de controle desenvolvidos na Secretaria de Saúde.

Estas informações estão disponíveis no sítio eletrônico <https://digisusgmp.saude.gov.br>, sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento (DGMP) deve ser obrigatoriamente utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao Plano de Saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG **referentes ao ano de 2023 em diante**. Por meio do sistema, os relatórios também são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 141/2012 (arts. 435 a 441 da PRC 1/2017; e Art. 2º da Portaria nº 750, de 29 de abril de 2019). ESTA GESTÃO MUNICIPAL JUNTAMENTE COM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE Demonstra assim o cumprimento de dois dos princípios básicos da Administração Pública a Transparência e a Publicidade; Acrescente-se que, a depender dos elementos fáticos de casos concretos, a não observância dos dispositivos legais relativos ao planejamento em saúde pode caracterizar improbidade administrativa, bem como vir a ensejar possíveis medidas e apurações nas esferas administrativa, cível e criminal, em âmbito local ou federal, nos termos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950; do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa); e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) entre outros.

A migração automática de informações no sistema visa garantir a coerência entre os diferentes instrumentos de planejamento. Em decorrência disso, para que seja possível elaborar o relatório de gestão, e a Análise deste conselho, a gestão deve obrigatoriamente contar com o plano de saúde e a respectiva programação anual inseridos previamente no sistema, a qual verificamos que estes instrumentos são usados e estão em dia com o sistema.

Sendo assim concluímos e Aprovamos este RELATÓRIO DO ANO DE 2023,

18 DE MARCO DE 2024

Anita Bidigency Sauchs.

PRESIDENTE DO CONSELHO DE SAÚDE DE GARRUCHOS


MARISTANE